

Democratização na Universidade: Problemas e Pistas de Solução

Poucas expressões, no debate atual sobre a Universidade, aparecem tão carregadas de equívocos ou ambigüidades como “democratização”. Retirado da terminologia política e transferido, sem o devido cuidado, para a análise sociológica e organizacional da instituição universitária, o termo “democratização” desperta uma série de questões paralelas, muitas vezes inconsistentes e irredutíveis entre si, levando a discussão a limites incríveis. É o processo da “lata de lixo”, para usar a expressão de Olson e March.¹ Na discussão sobre a “democratização” vão-se inserindo novos temas marginais e, não raro, a análise organizacional ou sociológica do problema se transforma num discurso político-ideológico. Nele, *a priori* ou o *parti pris* falseia qualquer tentativa de objetividade. Se tal não ocorre, a discussão costuma terminar numa inconcebível confusão de colocações e linguagens ou num amontoado de *slogans* e palavras de ordem, sem qualquer nexo racional.

Parece, pois, ser exigência preliminar fazer uma tentativa de distinguir e conceituar os diversos sentidos de “democratização” da Universidade.

1) SIGNIFICADO DA DEMOCRATIZAÇÃO

Ao aplicar o termo "democratizar" ao problema universitário, devem-se distinguir dois sentidos fundamentais, que não são redutíveis entre si, nem sob o ponto de vista político, nem sob o ponto de vista sociológico.²

O primeiro sentido, (I), refere-se à democratização *ad intra* da Universidade, considerada como subsistema social que, no quadro de uma atividade específica, deve organizar entre seus agentes relações institucionais mais ou menos hierarquizadas. Neste sentido, ao se falar em "democratização", surgem duas questões básicas que devem ser devidamente delimitadas. Podem ser representadas por I-1 e I-2.

A questão I-1 seria a democratização dentro da estrutura hierárquica. Esta estrutura prevê e regulamenta a repartição e o controle das atribuições e encargos dos diversos agentes, define os processos internos de promoção ou acesso dentro da carreira universitária, determina a forma de escolha dos dirigentes e o exercício do poder decisório.

A questão I-2 trata da "democratização" na atividade-fim e, sobretudo, na função pedagógica. Nesta se defrontam, em condições institucionalmente regulamentadas, o professor e o aluno, no contexto de um relacionamento especial que não pode deixar de envolver o exercício de uma autoridade *sui generis* — o poder pedagógico.

Este sentido de democratização *ad intra* da Universidade, que se tentou delimitar, é o objeto específico do presente estudo. Entretanto, será preciso fazer uma referência a um segundo sentido, que, muitas vezes, aparece, legítima ou ilegitimamente, envolvido na análise sobre a democratização *ad intra* da Universidade.

O segundo sentido (E) enfoca a Universidade na sua democratização *ad extra*. A Universidade, em relação à estrutura social em que está inserida, não deixa de exercer um papel de reprodução desta mesma estrutura e, em muitos casos, de propor uma tentativa de modificá-la. Mesmo deixando de lado a visão rígida de uma estratificação e mesmo de uma relação de tensão ou de domínio entre as diversas classes sociais, é certo que o sistema social

1. Citados por S. Schwartzman e J. B. Araujo e Oliveira — "O caso da autonomia universitária" em Caderno Especial do "Jornal do Brasil", 2/12/1979, p. 5.

2. Para mais detalhes ver J. C. Passeron — "La démocratisation de l'enseignement supérieur dans les pays européens: essai de retrospective" in "Perspectives" — Unesco, IX, 1, 1979, p. 44.

revela, ainda hoje, uma tendência à desigualdade entre indivíduos e grupos em termos de poder político, poder econômico e prestígio social. Com tal sistema social a Universidade se relaciona inevitavelmente ao recrutar nos seus diversos estratos os estudantes e inclusive os professores. Por outro lado, são conhecidos sobejamente os efeitos duráveis que produz uma política escolar sobre a composição e interação dos grupos ou estratos constitutivos do sistema social.

Também aqui surgem duas questões básicas que podem ser representadas por E-1 e E-2.

A questão E-1 se refere à democratização das oportunidades para todos os pretendentes ao ingresso nos corpos docente e, sobretudo, discente da Universidade e tem um efeito importante na mobilidade social dos indivíduos.

A questão E-2 se refere ao papel de reflexão e comunicação cultural e de preparação de profissionais exercido pela Universidade. Pode ela assim legitimar e reforçar ou tentar modificar as relações de poder e dominação dos grupos sociais entre si ou também o modelo sócio-cultural existente na sociedade.

Parece, assim, importante que, em qualquer discussão, se esclareça de início em qual dos sentidos se toma a expressão "democratizar a Universidade". E, conforme o sentido assumido, se distinga claramente qual das questões está envolvida na discussão. A delimitação clara do sentido e da questão é básica para a objetividade. A sua falta deve-se atribuir a ambigüidade e, sobretudo, a deformação da análise, oriundas quer de colocações espúrias de apriorismos ideológicos, quer do desencontro na linguagem empregada e no objeto de estudo.

2) CONTRADIÇÕES NASCIDAS DA AMBIGÜIDADE NA ANÁLISE

A colocação ambígua do problema pode levar, como se verá, a conclusões inconsistentes e, em alguns casos, absurdas.

Supor, por exemplo, que a participação dos corpos docente e discente no poder administrativo da Universidade deva acarretar necessariamente o não-autoritarismo no relacionamento pedagógico e que este, por sua vez, favoreça mecanicamente o acesso à Universidade das classes menos favorecidas da sociedade é um caso típico de ingenuidade ou de confusão de análise. Assim, o reforço da autonomia do corpo docente e sua conseqüente presença decisória na administração universitária tem gerado, em muitos casos, de forma explícita ou velada, uma espécie de "aristocracia", no sentido grego, e a formação, dentro do corpo universitário, de

grupos fechados que produzem manifestações de autoritarismo pedagógico e a reivindicação de uma maior elitização do corpo discente. Vê-se assim que a democratização *ad intra*, na questão I-1 não se relaciona com a questão I-2 nem com a democratização *ad extra*.

Outro exemplo típico é o que ocorreu nas Universidades de alguns países socialistas do Leste europeu nas últimas décadas. Houve neles, sem dúvida, um grande esforço dos Governos na democratização *ad extra*, dentro da questão E-1, através da facilitação do acesso à Universidade de estudantes oriundos do proletariado e do campesinato. Mas, apesar disto, ou talvez por isso, aconteceu um aumento no autoritarismo pedagógico traduzido sobretudo em termos de uma filosofia de ensino imposta e de um maior rigor na disciplina.

Mais um exemplo significativo pode mostrar a independência entre a democratização *ad extra* e a democratização *ad intra*. Tem-se observado que estudantes oriundos das classes média baixa e proletária, ao entrarem na Universidade, se tornam sumamente aplicados e muitas vezes apóiam o autoritarismo pedagógico dos professores, o que lhes pode proporcionar mais segurança e parece ajudá-los a progredirem nos estudos. Entre eles, raramente se observa a preocupação de questionar a cultura escolar recebida, quando relacionada com o *back-ground* cultural de suas origens sociais. Tal fato vem provocando a queixa de líderes sindicais de que a democratização *ad extra* da Universidade desloca da classe operária elementos ativos e potencialmente líderes para suas lutas sociais. É um caso típico de independência, dentro do sentido de democratização *ad extra*, entre as questões E-7 e E-2. Curioso notar que estudantes de origem burguesa, mais preocupados com a questão E-2 — papel da Universidade na modificação da estrutura e do sistema social — acusam seus colegas de origem humilde de serem traidores, de serem politicamente descompromissados e por isso questionam a Universidade como sendo uma estrutura "alienante". Esquecem-se eles de que precisamente sua origem social é que lhes permite lutar contra o autoritarismo pedagógico da Universidade ou dos professores, pois nem sempre ligam seu bom desempenho escolar, em termos formais, com a tranqüilidade de seu sucesso social ou profissional ao deixarem a Universidade, dada a segurança que sentem, nascida do prestígio social ou econômico da classe de onde provêm. É um fato incontestável, numa análise mesmo superficial do movimento estudantil brasileiro nestes últimos anos, a ocorrência de maior "politização" entre os estudantes oriundos das classes sociais burguesas, enquanto se observa que a luta estudantil nas Faculdades, sobretudo particulares e de subúrbio, se centra sobretudo nas questões imediatas como custo do ensino ou eficiência pedagógica formal.

Vê-se que o problema é complexo e que uma análise menos cuidadosa ou o processo de "lata de lixo" só servem para criar mais confusão.

3) DEMOCRATIZAÇÃO "AD INTRA" E AUTONOMIA

Qualquer proposta de uma maior democratização *ad intra* da Universidade supõe necessariamente um reforço da autonomia universitária. Isto é de tal sorte evidente que poderia dispensar, ao que parece, maior aprofundamento. Toda a discussão atual sobre a Universidade brasileira vem chegando a um denominador comum, entendido como base para qualquer projeto ou proposta: a necessidade da autonomia. Basta citar os debates das últimas reuniões plenárias do Conselho de Reitores e a preocupação do Ministério da Educação em alterar, mediante legislação nova, o tipo de pessoa jurídica das Universidades federais. A autonomia não deve restringir-se somente ao relacionamento Universidade Pública — Governo ou mesmo Universidade — Governo. Há o caso das Universidades particulares, cujo estatuto jurídico, em relação a suas entidades mantenedoras, parece estar exigindo um estudo mais aprofundado e uma análise mais objetiva de sua validade e operacionalidade.³

A 4.^a Conferência Geral da Associação Internacional das Universidades (AIU), realizada em Tokyo no ano de 1965,⁴ através de seus delegados, expressou um sintomático desejo, em escala mundial, de uma maior autonomia universitária, não como autodefesa ou simples reforço do poder institucional, mas como exigência mesma da natureza da instituição universitária. Esta autonomia, segundo a Conferência, deve ser concretizada em cinco pontos: liberdade na escolha dos membros do corpo acadêmico; liberdade na política de admissão dos estudantes; liberdade na elaboração dos programas de estudo; liberdade na seleção dos projetos de pesquisa; finalmente, liberdade no detalhamento e utilização do orçamento, assegurados os recursos necessários. Por outro lado, reconhece a Conferência que a concessão, em maior ou menor grau, da autonomia e seu efetivo exercício, só serão possíveis na medida em que existir um verdadeiro corpo universitário. Nele, dirigentes, administradores, professores, pessoal técnico e estu-

3. Ver sobre o assunto o trabalho do Assessor Jurídico do MEC, Abdias de Oliveira, "As Entidades Mantenedoras de Ensino Superior", apresentado em recente Seminário de Direito Educacional. O texto foi pollicopiado e distribuído pelo autor e não nos consta ter sido ainda publicado.

4. "Actes de la IVième Conférence Générale de la AIU" — Paris, 1965.

dantes deveriam estar imbuídos da filosofia própria e dos objetivos de sua Universidade e revelar um elevado sentido de responsabilidade individual e grupal. Este aspecto parece fundamental, como logo se verá.

Normalmente o conceito de autonomia se refere à relação centro-periferia. Por centro, dentro do sistema educacional, deve-se entender primeiramente o Poder Público, mantenedor importante e sempre o formulador, controlador e muitas vezes executor da política educacional de uma sociedade. Analogamente poderá entender-se qualquer entidade mantenedora de uma Universidade, quer pública, quer privada.

Neste sentido, compreende-se que o conceito de autonomia não pareça compatível com a existência de um modelo centralizado rígido no sistema educacional, tal como ainda hoje existe no Brasil. Possui tal modelo inegáveis vantagens, sobretudo em termos de economia, controle e equidade ou igualdade de oportunidades. Mas, quer parecer que desfigura totalmente ou mesmo pode invalidar a possibilidade da existência de uma verdadeira instituição universitária. Por outro lado, como adverte Roberto Moreira, não teria sentido qualquer proposta de uma descentralização administrativa no sistema educacional num País onde o sistema político prevê a centralização ou, ao menos, a planificação centralizada da vida econômico-social.⁵

A relação centro-periferia existe também no seio da própria Universidade. Parece haver mesmo uma estreita correlação entre estas relações *ad intra* e *ad extra*. Assim, quanto maior a dependência externa da instituição universitária, tanto maior a centralização interna do poder decisório nos seus órgãos superiores de direção e administração.⁶

Assim, o problema da democratização *ad intra* da Universidade suporá uma clara definição teórica e a realização prática da sua autonomia *ad extra*. Numa simples análise sociológica o problema não parece fácil. A transição de um modelo centralizado do sistema educacional para um reforço da autonomia externa e interna da instituição universitária pode deparar com situações extremamente curiosas.

Por um lado, parece claro que ao Poder Público, sobretudo na tradição brasileira, interessam mais os aspectos administrativo

5. Roberto Moreira — "Problemas de administração no Planejamento da Educação" — Simpósio sobre Planejamento da Educação, realizado por ocasião da 24.^a Reunião Anual da SBPC — São Paulo, 1972.

6. Ver a interessante análise de S. Schwartzman e J. B. Araujo e Oliveira, art. cit.

e financeiro e a procura de maior igualdade social. A ele cabe financeiramente o suporte de suas instituições e o auxílio às particulares; o controle dos efeitos sociais dos produtos do sistema educacional e de seu tranqüilo funcionamento, de forma adequada para atender à demanda e às pressões sociais. Assim, para ele será sempre mais cômodo, pelo menos numa visão imediatista, um modelo centralizado ou, quanto muito, uma autonomia tutelada. Concomitantemente, será mais cômodo e eficiente para a administração universitária e as Reitorias uma centralização interna das decisões, no sentido de um melhor aprimoramento do desempenho administrativo, de uma mais racional aplicação dos recursos e de uma resposta adequada da Universidade às exigências imediatas do sistema sócio-econômico. Pode mesmo parecer uma excelente inversão de recursos o fortalecimento da parafernália burocrática interna da Universidade que tal postura venha a exigir.

Por outro lado, é claro que os grupos mais sérios da Universidade, sobretudo onde é mais forte o paradigma científico, tenderão a postular maior autonomia do grupo, independência individual e menos burocracia. Já nos grupos cientificamente mais fracos, onde a proposta de liberdade individual possa tomar caráter exacerbado, a tendência seria o reforço da centralização e do controle burocrático.

Curiosamente, os segmentos da Universidade diretamente envolvidos no ensino formal e na formação profissional dos alunos ou em pesquisa aplicada e sobretudo encomendada por organismos externos à Universidade, mais dependentes da aceitação social ou do mundo empresarial de seu ensino ou de seus projetos de pesquisa, terão comportamento diferente. Podem, por um lado, desejar maior participação nos processos decisórios da Universidade (autonomia e democratização interna), mas, provavelmente, se mostrarão temerosos frente ao desafio de uma autonomia externa que possa consolidar desigualdade no valor dos produtos das várias instituições ou segmentos da mesma instituição e uma conseqüente concorrência na aceitação social de seu trabalho. Propaguarão, possivelmente, por uma padronização de normas e controles que assegure uma aceitação automática dos produtos. Isto exigirá, inevitavelmente, uma maior centralização por parte do Poder Público e conseqüente redução da autonomia externa da Universidade.

Aliado a estes segmentos, está o mundo estudantil a quem interessa mais uma ação normativa e equalizadora — tipo Conselho Federal de Educação — que assegure, através de critérios formais, a tranqüila aceitação social dos diplomas que almejam. Para tais grupos a discussão da autonomia e da democratização *ad in-*

tra leva em seu bojo tal contradição lógica que só pode ser superada através do desvio para um discurso do tipo político-ideológico. José Medina Echevarría mostra que na América Latina, em geral, o estudante universitário tem lutado muito por uma representação indireta no governo da Universidade mas se mostra diferente quanto a uma representação direta, por exemplo no diálogo socrático da cátedra ou no trabalho paciente do laboratório ou da oficina.⁷ É interessante também verificar que quando tais grupos estudantis entram em conflito com a administração universitária recorrem quase instintivamente ao Poder Público, cuja mediação e intervenção reclamam, embora paradoxalmente o contestem vivamente em termos políticos ou ideológicos.

Assim, uma proposta de democratização *ad intra* da Universidade, que vise torná-la internamente uma estrutura e uma prática operacional participativa, não parece ser algo fácil. Certamente, se nascer de um processo vertical, de cima para baixo, simplesmente através de uma mudança de estatutos e regimentos, estará fadada inevitavelmente ao fracasso. Por um lado, a simples descentralização do poder decisório nem sempre estará ligada a uma superação do dirigismo ou do autoritarismo pedagógico, como já se viu, e poderá gerar o aparecimento de grupos fechados, possivelmente antagônicos. A Universidade poderia se tornar um arquipélago ou um sistema planetário em expansão, com um aumento da força centrífuga dos planetas e tendência à desintegração. Por outro lado, a contradição entre os interesses dos grupos dentro da Universidade, sobretudo numa fase de transição, impediria a assimilação pelo corpo todo de qualquer proposta.

4) DEMOCRATIZAÇÃO "AD INTRA" E IDENTIDADE

A mudança da estrutura e da prática operacional da Universidade, num processo de democratização interna, só parece possível se for lenta, gradual e sobretudo fruto de uma mentalização progressiva da comunidade universitária. Qualquer projeto mais detalhado é suspeito, se pretender resultados positivos a curto, ou mesmo a médio prazo.

Ademais, a exigência da democratização interna nunca poderia ser cópia do que acontece na estrutura democrática, no sentido político, da sociedade em geral. Mesmo que se argumente que a Universidade deve reproduzir internamente a estrutura social em que se insere, o raciocínio é falacioso. Os membros da comunidade universitária não são signatários conscientes ou inconscientes, ex-

7. J. M. Echevarría — "Filosofía, educación y desarrollo" — México, 1967, p. 166.

pressa ou tacitamente, de um pacto social que justificaria igualdade de direitos na gerência da instituição.

O que pode dar unidade e, conseqüentemente, participação e co-responsabilidade na vida universitária é o comprometimento dos membros com a natureza e as finalidades da instituição. O que parece importante no caso é a passagem de uma situação inconsciente ou tácita para uma posição expressa, consciente e assumida pelos grupos e indivíduos, frente à natureza e identidade da instituição. Como acentuou a Conferência de Tokyo, deveriam os agentes da Universidade estar imbuídos da filosofia e dos objetivos da instituição, e possuir elevado senso de responsabilidade individual e grupal.

Isto leva à formulação de uma exigência que parece fundamental: a instituição universitária, como tal, não pode existir sem uma clara definição de seus objetivos, de sua proposta filosófica ou seu ideário e de seu projeto pedagógico. Simplesmente falar em "compromisso com o saber e a verdade" não define nada. É algo que se dá por suposto mas que não identifica a Universidade, dado seu caráter genérico e impreciso. Por outro lado, seria trágico a caricatura de alguns que falam da Universidade como "um conjunto de prédios e professores cujo único elo comum seria o estacionamento" ou como uma "anarquia organizada que tem objetivos problemáticos, lida com tecnologias incertas e depende de elementos que participam intermitente e fluidamente em seus processos decisórios".⁸

A clássica Universidade liberal, dentro da tradição humboldtiana, parece ter sido enterrada definitivamente por ocasião da crise estudantil da França no ano de 1968. Ainda hoje pode ela existir como um desiderato ou uma nostalgia. Não resistiu, porém, ao afrontamento com os problemas sociais e culturais do mundo contemporâneo. Sua tradição será sempre uma referência preciosa em qualquer proposta de um novo modelo ou na definição da função permanente da Universidade.⁹ Mas, operacionalmente, parece insuficiente e, tomada isoladamente, inócua.

A simples proposta dos objetivos da Universidade pela enumeração de suas atividades, de forma genérica (promover a cultura, desenvolver o ensino e a pesquisa, preparar profissionais competentes, inserir-se na realidade social etc...) não parece também suficiente, por ser genérica e não diferenciadora.

8. Citados por S. Schwartzman e J. B. Araujo e Oliveira, art. cit.

9. Ver, por exemplo, o discurso de saudação do Prof. Roque Spencer Maciel de Barros na solenidade de posse do Prof. Waldyr Muniz Oliva como Reitor da Universidade de São Paulo — em "O Estado de S. Paulo", 22/1/1978, p. 30.

Durmeval Trigueiro, com rara felicidade, definiu o poder na Universidade como a "vontade comum", subjacente no processo participativo de todos os grupos representativos da comunidade universitária, organizada de forma hierárquica, em que a vinculação não decorre do arbítrio das instâncias superiores mas de uma liderança inspirada na fidelidade a uma proposta e a um ideário aceito por todos.¹⁰ Esta vontade, por sua mesma natureza, só se realiza e se dinamiza em torno de idéias-força, do que os alemães chamam de *leitmotiv*. Qual será o *leitmotiv* em torno do qual pode a comunidade universitária ser polarizada, num processo autenticamente participativo?

Querer propor um só ideário para todas as Universidades é um anacronismo que suporia a Universidade cristalizada na sua proposta original dos tempos medievais. Um modelo unificado da sociedade gerou então uma instituição *sui generis*, que se tornou a instância privilegiada em que esta mesma sociedade refletia sobre si mesma e expressava uma visão cultural teocêntrica decorrente da práxis cultural da sociedade medieval. No mundo contemporâneo, a Universidade tem que permanecer fiel a esta sua função de expressar fielmente e distribuir socialmente o "saber reflexo" da prática cultural da sociedade dos nossos dias. Entretanto, esta prática cultural nada tem que ver com o mundo medieval. Ela se apresenta hoje como uma constelação de universos culturais, bem diferenciados, que atuam em diversos níveis de interação, mais imediata, mais abrangente ou mais profunda, mas que não se unificam como práxis e, assim, não podem ser expressados numa teoria unificadora.¹¹

Parece lógico, pois, que, frente ao pluralismo cultural da sociedade contemporânea, deva-se ter uma Universidade pluralista ou uma pluralidade de Universidades. Em outras palavras — mais que nunca a Universidade deve abrir seus espaços e eliminar qualquer proposta ideológica, quer no seu sentido originário a que o velho Marx opunha o pensamento prático, quer no seu sentido atual em que o termo indica um ideário totalizante, em geral maniqueísta, que vive à margem da "refutabilidade", essencial a qualquer tipo de trabalho intelectual honesto ou de atividade cul-

10. Durmeval Trigueiro — "O Governo da Universidade" — Exposição no 1.º Seminário de Assuntos Universitários promovido pelo Conselho Federal de Educação, Rio de Janeiro, novembro de 1966 — in Documenta n.º 27, Separata, dezembro de 1966.

11. Sobre o tema dos "universos culturais" ver para mais detalhes o artigo de Henrique C. de Lima Vaz — "A Universidade na Cultura Contemporânea", Síntese n.º 4, Rio de Janeiro, julho de 1975, pp. 3-8.

tural séria.¹² A expressão “patrulhamento ideológico” pode bem exprimir o inverso do que deve ser, na sua proposta e no seu dia-a-dia, uma verdadeira Universidade.

Não parece possível propor um ideário, como *leitmotiv* para uma Universidade, simplesmente baseado na ciência ou na técnica como tal. Juergen Habermas, na sua percuciente crítica das sociedades capitalistas avançadas, mostra, por um lado, a insuficiência das categorias e dos modelos marxistas, quer clássicos, quer modernos, e demonstra, por outro, que a ciência e a técnica podem se transformar numa nova “ideologia” que legitima o poder político e as relações de opressão existentes na estrutura social em relação ao indivíduo.¹³ Por outro lado, Habermas mostra que a busca de uma superação do conflito sociedade-indivíduo só se pode dar dentro da dimensão moral, no campo dos interesses e no processo de comunicação entre indivíduos. Desenvolve mesmo, inspirando-se em Freud, uma curiosa análise da estrutura da linguagem que poderia dar as pistas para a formulação de uma “moral universal”, substitutivo da religião que ele julga incapaz de superar os conflitos gerados pela sociedade capitalista avançada. Só através desta “moral universal” seriam colocadas as bases para a superação destes conflitos.

Parece assim que já se pode delinear, possivelmente com imprecisões e ainda num nível genérico, o *leitmotiv* que ensejaria a possibilidade de uma transformação da Universidade numa estrutura e numa dinâmica democratizadas, que poderia criar as condições para se estabelecer uma linguagem comum entre seus agentes, base do diálogo, e propiciaria, assim, o funcionamento de um processo participativo.

Este *leitmotiv* deveria, possivelmente, situar-se em quatro campos que interagissem entre si e que comporiam a identidade de uma instituição e deveriam ser assumidos por seus membros. Seriam eles o campo axiológico (ou moral), o campo do clima de trabalho, o campo dos interesses da instituição e o campo da prática educativa.

Hoje se redescobre e se revaloriza a necessidade de uma dimensão transcendente, quase sempre expressa através de uma fé religiosa,

12. Uma análise mais detalhada da ideologia como “ópio dos intelectuais” e de suas implicações na prática cultural de hoje é feita por S. Schwartzman — “Miséria da Ideologia”, em “O Estado de S. Paulo”, 11/2/1979, p. 4.

13. Sobre o pensamento de J. Habermas, ler o excelente artigo de F. X. Herrero — “J. Habermas — Teoria crítica da Sociedade”, introdução à leitura da obra do filósofo alemão contemporâneo — Síntese n.º 15, janeiro de 1979, pp. 11-36.

que inspira o comportamento moral do indivíduo e lhe dá um significado para o universo, a vida, a história e o mistério da sua própria identidade como pessoa e seu relacionamento com o próximo. Excluída qualquer forma de sectarismo religioso ou de absolutização prática desta visão, no convívio comunitário dentro da Universidade, pode ela se tornar um constitutivo válido de uma proposta. A experiência concreta de Universidades de inspiração religiosa, em muitos países, mostra a validade deste elemento. É claro que não deve excluir o pluralismo, que deve respeitar a consciência e as opções íntimas do indivíduo. Nestas condições, logra motivar firmemente uma comunidade universitária.¹⁴

Certamente, parece cada vez mais frágil um modelo de tipo agnóstico ou liberal clássico que, precisamente por ser invertido, tende a amoldar-se ao sabor da ação dos grupos mais ativos, em geral radicais e ideologizados, e se descaracteriza, não criando espaço para uma linguagem comum e por isso para um verdadeiro diálogo.

Neste campo, à primeira vista de forma paradoxal, entraria a exigência da verdadeira liberdade acadêmica, clima essencial no trabalho de criar e distribuir socialmente a cultura. Tão condicionada hoje a pressões expressas ou tácitas, endógenas ou exógenas, a liberdade de pensar e de buscar a verdade pode ser melhor avaliada e por isso mesmo valorizada e defendida, quando é concebida como um valor moral e entendida dentro da proposta de uma visão transcendente do homem.

Por outro lado, a própria natureza da Universidade exige um clima permanente de trabalho, inspirado na seriedade e honestidade científicas, na busca de paradigmas cada vez mais exigentes na racionalidade e consistência do pensamento. A tendência mais profunda da cultura contemporânea é precisamente, segundo J. Habermas,¹⁵ este processo de "Verwissenschaftlichung", de "cientificização", de reduzir qualquer manifestação da prática cultural a objeto do estudo e da análise, dentro do rigor do método científico, cuja aplicação no campo das ciências naturais e físicas e no campo da técnica ensejou um extraordinário domínio do homem sobre a natureza.

14. O tema — Universidade Católica e Pluralismo Cultural — foi amplamente discutido na 12.^a Assembléia Geral da Federação Internacional das Universidades Católicas realizado em Porto Alegre em agosto de 1978. A realidade histórica e atual destas Universidades nos vários continentes, embora com as dificuldades existentes, demonstra à sociedade a possibilidade da proposta e do funcionamento de uma verdadeira Universidade de inspiração religiosa.

15. Ver Henrique C. de Lima Vaz, art. cit., p. 7.

Em terceiro lugar tem-se o campo dos interesses ou da especialização de cada instituição. Não pode a Universidade, evidentemente, perder sua exigência de universalidade, que é a condição elementar para se produzir o diálogo entre os diversos ramos do saber e a produção, hoje tão importante, das pesquisas ou trabalhos interdisciplinares. Mas isto não invalida a opção de cada Universidade de dar maior relevo a um ou outro campo, de procurar a excelência em alguma área, de especializar-se. São conhecidos suficientemente os muitos exemplos de Universidades que se tornaram famosas e alcançaram grande prestígio, precisamente por terem tido esta preocupação. A ela está ligado o freqüente anseio de que a instituição se mostre inserida em sua realidade social, que atenda à vocação social e/ou econômica de sua região. A definição de interesses ou especialização institucional pode criar, inclusive, um clima psicológico nos seus membros¹⁶ e ir dando forma a uma tradição que irá desempenhar importante papel na descoberta pela comunidade universitária da identidade própria como centro de estudo e pesquisa.

Finalmente, a prática educacional, a relação pedagógica professor-aluno, deverá estar incluída neste ideário. A proposta pedagógica muitas vezes tem identificado instituições famosas no mundo inteiro e criado um autêntico centro de polarização do interesse e do trabalho dos membros da comunidade universitária. A institucionalização do uso do diálogo socrático no processo pedagógico, dos métodos próprios de estudo ou das atividades práticas nos laboratórios ou oficinas, da ênfase nos hábitos de estudo pessoal ou em grupo, dos hábitos de pesquisa, dos processos sempre reavaliados de aferição do desempenho acadêmico dos estudantes constituem temas em torno dos quais facilmente se motiva a comunidade e que abrem perspectivas para uma participação fecunda, criativa e consolidada. Muitas instituições se tornaram famosas precisamente pela originalidade e consistência de seu projeto pedagógico.

5) DEMOCRATIZAÇÃO "AD INTRA" E PARTICIPAÇÃO

Seria difícil estabelecer regras para um processo de democratização *ad intra*, da criação de uma estrutura e de uma dinâmica par-

16. Muito interessantes as colocações do Prof. Franz Seitelberger, Pro-Reitor da Universidade de Viena, Áustria, no Seminário promovido pela AIU (Associação Internacional das Universidades) na Universidade de Halle, Alemanha Oriental, em junho de 1978. Mostra ele a íntima relação entre o treinamento do aluno no rigor científico da pesquisa e do estudo e a formação de seu caráter, de sua personalidade. Ver "Papers of IAU n. 15 — The Right to Education and Access to Higher Education" — Unesco, Paris, 1978, p. 49.

participativas na Universidade. Isto, quer se entenda democratização da estrutura hierárquica e administrativa (questão I-1), quer se pretenda a democratização na relação pedagógica (questão I-2). Cada instituição deveria, pouco a pouco, ir descobrindo suas próprias regras, o que, inclusive, lhe daria originalidade e melhor definiria sua identidade.

Pode-se, entretanto, como numa espécie de estudo de casos, tentar a apresentação de alguns exemplos ou colocações que sugerem alguns problemas ou alguns limites na implantação do processo e da estrutura participativa.

Hoje, é sumamente interessante a leitura dos textos, manifestos, documentos de trabalho, teses ou postulados, produzidos pelos universitários franceses nos dias agitados da revolta estudantil de 1968.¹⁷ A leitura tranqüila deste material mostra colocações que hoje são comumente aceitas, sobre autonomia e participação, função crítica e efeitos sociais da Universidade, papel negativo que resulta quer da intromissão do poder político dentro da Universidade, quer da existência em seu seio de um "patrulhamento ideológico". Esta leitura mostrará, entretanto, que nas colocações dos estudantes ocorre quase sempre um processo de superposição de enfoques ("lata de lixo"), o ardor tipicamente juvenil de seus autores e, evidentemente, o reflexo do clima agitado daqueles dias traduzido sobretudo na linguagem agressiva e radical. É claro que, do movimento de 1968, muita coisa ficou, muitas estruturas obsoletas foram abaladas ou mesmo ruíram. Houve, porém, um clima exacerbado na ocasião que não podia deixar de provocar violentas reações em sentido contrário.¹⁸ Uma situação análoga, um clima deste tipo seria trágico dentro do debate no seio da Universidade. Nele parece fundamental a consolidação lenta das propostas e a serenidade e objetividade da discussão.

Outro obstáculo freqüente é a transferência para o debate dentro da Universidade dos paradigmas da luta sindical, ou do debate político ou da confrontação ideológica. Embora longo, vale a pena a citação do trecho seguinte, no qual Suzana Gonçalves alerta para este perigo. "Conferir número de votos aos alunos nos conselhos para apenas colocá-los numa posição de competir, pressionando decisões, representaria a ruptura da estrutura hierárquica; admitir a introdução do princípio dialético dentro das Universidades seria permitir a tautologia de se considerar como "classes" conflitantes os professores e os alunos; também não se deve per-

17. Condensados, por exemplo, em "Quelle Université? Quelle Société?" — Collection Combats — Éd. du Seuil, Paris, 1968.

18. Ver um exemplo típico no livrinho de Jean Chardonnet — "L'Université en Question" — Éd. France Empire, Paris, 1968.

mitir o prurido de pretender que a representação signifique o jogo político de maioria e minoria, pois também aqueles corpos docente e discente não são partidos e sim membros de um mesmo organismo. A participação deve se realizar pelo diálogo horizontal e vertical, na fecundidade de todas as suas implicações, com a compreensão e o sentimento de que se participa de uma mesma família do espírito; e a representação deve significar a contribuição indistinta num esforço comum, na procura de soluções desejáveis, que possam traduzir as reais aspirações do corpo universitário interno.”¹⁹

Dentro desta mesma linha, K. Posthumus, Comissário do Governo holandês para a educação em seu país, enfatizava no seu Relatório de 1968, que “não se pode permitir a um grupo agressivo, com determinada ideologia, que dentro da Universidade faça uma ação de proselitismo ou imposição dogmática. A Universidade é um lugar de encontro para a discussão onde valores *a priori* devem ser criticados e não impostos autoritariamente”.²⁰

Outras colocações poderiam ser feitas mas estas já parecem suficientes para se entender o desafio que representa qualquer tentativa séria de uma democratização *ad intra* da estrutura universitária. Possivelmente esta tentativa nunca chegará a ser plenamente satisfatória e se constituirá num processo de permanente busca, para o qual se tentou aqui delinear algumas pistas e possíveis limitações. De qualquer maneira, é um desafio inadiável para a Universidade de hoje, sobretudo para a brasileira. Nunca poderá ela cumprir sua missão de criar e distribuir socialmente a cultura a não ser na medida em que tentar ser uma comunidade participativa, quer em sua organização, quer em sua dinâmica. Tal tentativa significa um reencontro permanente da Universidade com suas raízes históricas mais autênticas e a única forma dela se habilitar internamente para responder, num mundo tão fracionado e esfacelado, que é a paisagem cultural de hoje, à missão que lhe é intrínseca e que ainda permanece intransferível. Quem se dispuser a participar desta tarefa terá inicialmente que revestir-se de profunda fé na instituição, de férrea determinação e sobretudo de uma imensa tolerância e capacidade de compreensão, principalmente no que não é essencial e representa os inevitáveis descaminhos na caminhada. É tarefa que se fará no lento trabalho da conscientização das pessoas e da comunidade como

19. Suzana Gonçalves — “Estrutura da Universidade” apud “Educação no Brasil — Textos Seleccionados” — FENAME, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1976.

20. Citado por Rafael G. Baquero — “Un nuevo esquema organizativo para la Universidad” — Universidad de Carabobo, Valencia (Venezuela), 1977.

um todo e da convivência com toda sorte de dificuldades e incompreensões, quer endógenas, quer exógenas em relação à Universidade. Mas tal tarefa não poderá deixar de ser fecunda. Há um pensamento, freqüentemente citado, de Georges Gusdorf que sintetiza bem esta idéia e que poderia assim ser expresso: "A Universidade é uma utopia, um sonho que jamais se concretizou plenamente. Mas o insistir utopicamente nesta busca de plenitude gera mais riquezas e maior autenticidade que um programa realista, o qual, mal se concretizou, logo é esquecido".